

Despesa pública e privada com saúde segundo a pesquisa “Economia da Saúde: Uma perspectiva macroeconômica – 2000-2005” do IBGE

Bruno Dutra Badia

José Cechin

Superintendente Executivo

1 Introdução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou recentemente a pesquisa “Economia da Saúde: Uma Perspectiva Macroeconômica – 2000-2005” em parceria com outras instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esta pesquisa fornece um dimensionamento econômico das atividades relacionadas à saúde no Brasil. Por exemplo, é possível saber o valor adicionado ao PIB pela atividade “fabricação de produtos farmacêuticos” e pela “saúde pública”, a formação bruta de capital fixo, emprego e renda no setor e os volumes de bens e serviços de saúde importados e exportados.

Além disso, os dados sobre o consumo final permitem que se conheça a importância dos setores público e privado no gasto nacional com saúde. A relevância desta informação é evidenciada por sua própria escassez. Iniciativas como as da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de outros órgãos já apontavam a supremacia dos gastos privados. Contudo, o cenário apontado pelo IBGE atribui ao setor privado pouco mais de 60% das despesas em saúde, enquanto as outras fontes lhe atribuíam percentuais que variavam de 50% a 55%. Provavelmente isso se deve ao fato de outras fontes considerarem como “setor saúde” um conjunto menos abrangente de atividades.

Esta breve nota comenta os dados referentes ao consumo final em saúde apresentados pelo IBGE.

2 Conceitos

Por consumo final entende-se o volume de recursos despendidos no consumo de bens e serviços de saúde. Portanto, ainda que o consumo final efetivo seja sempre realizado por indivíduos, no caso da presente nota considera-se o consumo final do ponto de vista da despesa, ou seja, do ponto de vista de quem paga pelo bem ou serviço

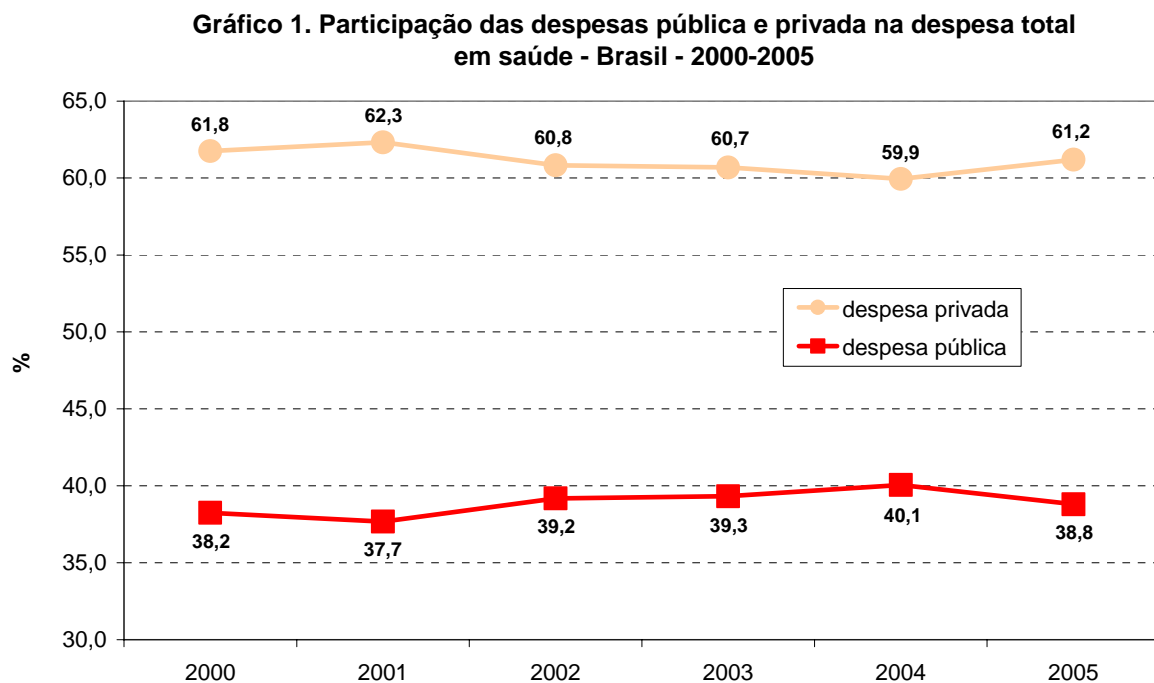
consumido. Esse é precisamente o critério adotado pelo IBGE nas contas nacionais e, portanto no estudo em referência.

No Sistema de Contas Nacionais do IBGE os setores com despesa de consumo final de bens e serviços de saúde são as famílias (por meio de pagamento direto ou da intermediação de planos de saúde); o governo (pela oferta de serviços públicos e da contratação de estabelecimentos privados credenciados pelo SUS); e as instituições sem fim lucrativo a serviço das famílias.

Deste modo, por despesa pública em saúde entende-se aquela efetuada pelo governo e por despesa privada a soma das despesas de famílias e instituições sem fim lucrativo a serviço das famílias.

3 Os dados apresentados pelo IBGE

No Gráfico 1 observam-se as participações de gastos públicos e privados na despesa total em saúde nos anos de 2000 a 2005. Nota-se que a participação privada esteve acima dos 60%, cabendo ao setor público menos do que 40% da despesa total no consumo final, exceto em 2004.

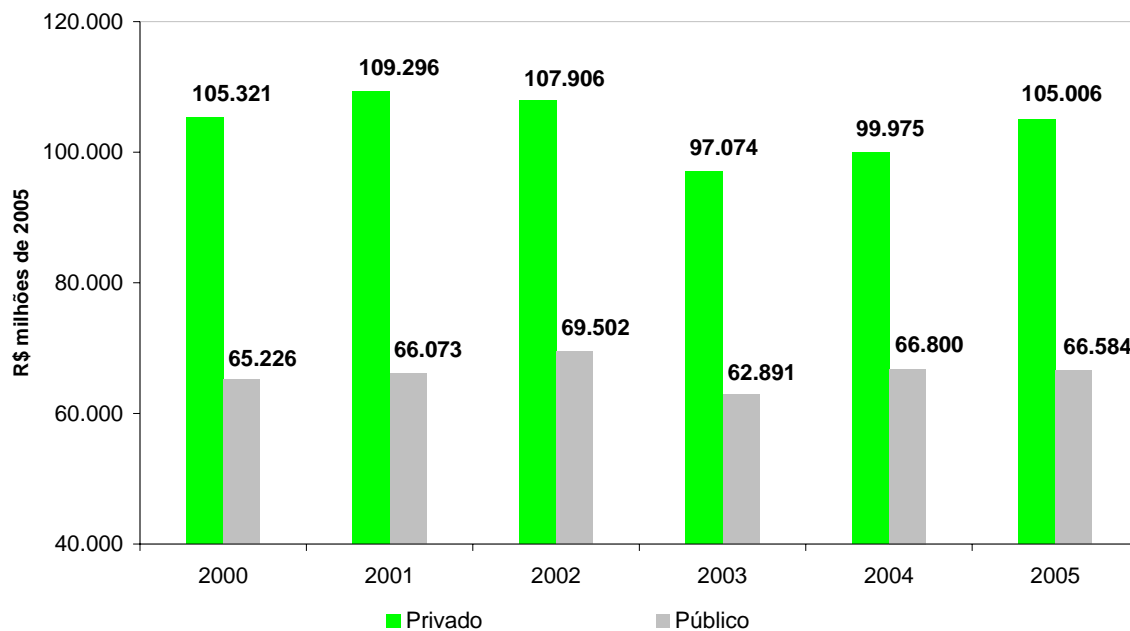


Fonte: IBGE

O Gráfico 2 mostra, em R\$ de 2005, o volume da despesa dos setores público e privado. O setor privado, após uma despesa máxima de R\$ 107 bilhões em 2001, reduziu o gasto atingindo em 2003 o valor de R\$ 95 bilhões – mínimo no período. No entanto, em 2005 a despesa privada alcançou R\$ 105 bilhões, praticamente retomando o nível do início da década, mas ainda abaixo do valor de 2002.

A despesa pública (das três esferas de Governo) iniciou o período em R\$ 65 bilhões de 2005, atingindo R\$ 69 bilhões em 2002. Em 2003, a despesa caiu para R\$ 62,8 bilhões, observando-se uma recuperação no ano seguinte e finalizando o período em R\$ 66,6 bilhões, valor consideravelmente inferior ao nível de 2002.

Gráfico 2. Despesa no consumo final em saúde - Brasil - 2000-2005



Fonte: IBGE

A Tabela 1 mostra, por item de consumo final, a despesa de cada setor institucional como percentual do PIB nacional. A despesa total com saúde não só diminuiu em valores absolutos de 2002 a 2005, como mostra o Gráfico 2, como também diminuiu em relação ao PIB, de 8,4% para 8,0%.

Além disso, entre 2000 e 2004, no caso das famílias tiveram maior representatividade no gasto os outros serviços relacionados com atenção à saúde (consultas e tratamentos médicos e odontológicos em consultórios, ambulatórios, postos de assistência médica,

etc., e serviços de apoio diagnóstico, entre outros). Em 2005, as despesas com medicamentos superaram as despesas com outros serviços de assistência médica.

No caso da Administração Pública, o item “saúde pública” que abriga as despesas do SUS, além de produção de medicamentos em laboratórios públicos e distribuição gratuita de medicamentos, entre outros, correspondia a 2,4% do PIB em 2000, atingindo 2,7% em 2004 e 2,6% em 2005¹.

Tabela 1. Consumo final, em percentual do PIB, por setor institucional, segundo os produtos - Brasil - 2000-2005

Produtos	Consumo final em % do PIB, por setor institucional					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Famílias						
Total	4,9	5,1	5,0	4,8	4,8	4,8
Medicamentos para uso humano	1,6	1,7	1,6	1,6	1,6	1,7
Medicamentos para uso veterinário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Materias para usos médicos, hospitalar e odontológico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aparelhos e instrumentos para usos médico-hospitalar e odontológico	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Planos de saúde - inclusive seguro saúde	0,6	0,6	0,6	0,4	0,4	0,4
Serviços de atendimento hospitalar	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
Outros serviços relacionados com atenção à saúde	1,7	2,0	1,9	1,9	1,8	1,6
Serviços sociais privados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração pública						
Total	3,1	3,1	3,3	3,2	3,2	3,1
Saúde pública	2,4	2,4	2,6	2,6	2,7	2,6
Serviços de atendimento hospitalar	0,5	0,7	0,6	0,5	0,5	0,4
Outros serviços relacionados com atenção à saúde	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Serviços sociais privados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias						
Total	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Serviços de atendimento hospitalar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros serviços relacionados com atenção à saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços sociais privados	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
PIB (valor corrente / R\$ bilhões)	1.179,5	1.302,1	1.477,8	1.700,0	1.941,5	2.147,2

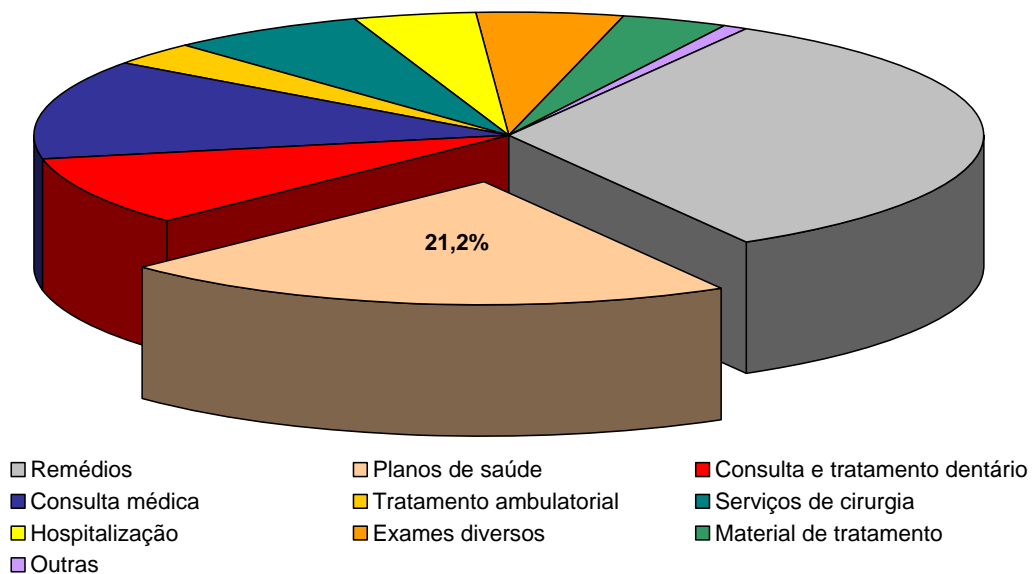
Fonte: Economia da Saúde: Uma Perspectiva Macroeconômica - 2000-2005

¹ Na Administração Pública as despesas em “outros serviços relacionados com atenção à saúde” referem-se a serviços adquiridos pelo governo para oferecimento gratuito à população.

Por fim, cabe um breve esclarecimento sobre “planos de saúde” considerados como item de despesa das famílias. Os percentuais da Tabela 1, e, portanto, os valores divulgados na pesquisa do IBGE, referem-se à diferença entre as receitas com mensalidades e as despesas assistenciais das OPS. Ou seja, na referida pesquisa, a produção dos planos e seguros de saúde é de caráter administrativo: planos e seguros não produzem atendimento médico. Desta forma, quando o beneficiário procura atendimento assistencial valendo-se do plano, é como se o próprio beneficiário estivesse pagando pelo atendimento, sendo o plano apenas intermediário da relação entre o paciente e o prestador de serviço.

O Gráfico 3 mostra a composição da despesa mensal familiar com saúde nos anos de 2002 e 2003, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), também do IBGE. Neste caso, a despesa das famílias com planos de saúde compõe 21% da despesa familiar com saúde, diferentemente dos 8% (em 2005) divulgados na pesquisa objeto desta nota.

Gráfico 3. Distribuição da despesa mensal familiar com saúde, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003



Fonte: IBGE

A diferença se deve ao fato de que na POF a despesa com plano de saúde é computada como o pagamento da unidade familiar à operadora, enquanto que no sistema de contas nacionais (principal fonte da pesquisa “Economia da Saúde...”) o item “plano de saúde”

se refere à diferença entre receita e despesa assistencial das OPS. Assim, nas contas nacionais, quando um indivíduo procura assistência médica via plano de saúde é como se o pagamento pelo serviço assistencial fosse efetuado pelo próprio beneficiário e não pela operadora.

4 Conclusão

Esta breve nota objetivou comentar os dados sobre o consumo final em saúde (ou gastos em saúde) apresentados na pesquisa “Economia da Saúde: Uma Perspectiva Macroeconômica – 2000-2005” recentemente divulgada pelo IBGE.

Conclui-se que as despesas privadas em saúde, ao longo dos anos abrangidos na pesquisa, apresentaram grande importância relativa, atingindo 61,2% em 2005. Além disso, como proporção do PIB, as despesas totais em saúde apresentaram uma queda entre os anos de 2002 e 2005, passando de 8,4% a 8,0%.

Por fim, chama-se atenção para a diferença entre as despesas dos planos e seguros de saúde no Sistema de Contas Nacionais (apresentados nesta pesquisa do IBGE) e aquelas apresentadas na POF, por exemplo. No primeiro caso, as despesas contabilizadas das OPS são apenas administrativas, ou seja, referem-se à diferença entre receitas de prêmios e despesas assistenciais; enquanto no segundo caso é a despesa da família com o plano, não considerando, portanto, as operadoras apenas como intermediárias da relação entre seus beneficiários e os prestadores de serviços assistenciais.